

“Recessão nos EUA elevaria juros e afetaria negociação da dívida”

por Antonio Gutierrez
de São Paulo

A economia norte-americana deve passar por um período de recessão para poder reverter a tendência crescente do déficit externo e interno. Este ajuste causará impacto nos países latino-americanos, diante da possibilidade de um aumento das taxas de juros da dívida externa e redução do mercado internacional. Esta avaliação foi feita ontem pelo economista Luciano Coutinho, ex-secretário-geral do ex-Ministério de Ciência e Tecnologia, durante sua participação, ao lado de outros economistas, no seminário Dívida Externa e Desenvolvimento da América Latina, promovido pelo governo do Estado de São Paulo.

As dificuldades vividas pelos Estados Unidos na área econômica ressaltam

a inconsistência do Plano Brady, anunciado na última sexta-feira pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicolas Brady, que tem como objetivo criar um novo sistema de renegociação da dívida externa de países em desenvolvimento, observa Coutinho, partindo da premissa que o déficit comercial dos Estados Unidos deve chegar a US\$ 140 bilhões neste ano, reforçado por uma dívida externa da ordem de US\$ 650 bilhões. “Quanto mais postergar a resolução desses problemas, mais amargo terá que ser o remédio no futuro”, prevê Coutinho.

Ele observa que existem países superavitários, como o Japão, que poderiam auxiliar nações endividadas com novos recursos, mas não interessa aos Estados Unidos perder sua hegemonia econômica sobre a América Latina, que

detém 40% da dívida global, algo superior a US\$ 400 bilhões. O diretor do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Nogueira Batista Júnior, também vê interesse dos Estados Unidos de manter esse “status quo”.

Para Nogueira Júnior, o Plano Brady não vai muito além de um gesto político para gerar boa vontade entre os países devedores, num momento em que a crise da dívida externa está se tornando explosiva. Ele destaca como único ponto positivo dessa iniciativa o reconhecimento dos EUA que a solução para o problema da dívida externa passa por medidas que reduzam o estoque da dívida. Mas ressalta que as propostas não estão claras principalmente em relação a dois pontos importantes: as condicionalidades que

serão impostas aos países devedores, e o impacto efetivo em termos de redução da dívida.

Na sua opinião, o Plano Brady pretende manter a subserviência latino-americana aos Estados Unidos — com dinheiro japonês. Além disso, as renegociações das dívidas devem ocorrer caso a caso, dando preferência ao México e à Venezuela — pelo fato de terem presidente recém-eleitos — e apoiadas no duplo monitoramento do BIRD e FMI. O Brasil e a Argentina devem ficar na fila, pelo menos até a escolha de seus novos presidentes.

Nogueira Júnior e Coutinho defenderam uma mudança de postura dos países endividadados. Para Coutinho, a saída para a crise da dívida externa dos países latino-americanos “passa a depender de força, audácia, ousadia, e de encontrar uma forma de obter deságios através de negociações unilaterais”. E ressaltou: “A única condição que a América Latina pode aceitar é o crescimento”.

MERCADO INTERNO

Na opinião do cubano Pedro Monreal, pesquisador do Centro de Estudos de América, uma alteração na questão da dívida externa passa por um movimento de participação popular. “O problema não pode ficar apenas nas mãos de técnicos da elite.” Para o economista francês, Kostas Vergopoulos, professor do Instituto de Estudos da América Latina da Universidade de Paris VIII, a solução da dívida externa não resolve todos os problemas da América Latina, sendo necessárias soluções para as desigualdades sociais e ampliação do mercado interno.